

## CIÊNCIA COMO ATIVIDADE CRÍTICA: CONTRA O POSTULADO DE NATURALIZAÇÃO DO CAPITAL<sup>1</sup>

Rodrigo Delpupo Monfardini\* - rodrigodelpupo@gmail.com

Resumo: Como toda forma de conhecimento, a ciência faz afirmações ontológicas, expressa determinada visão de mundo, sejam essas afirmações tomadas da ontologia dominante ou críticas a ela. Assim, é importante fazer uma diferenciação entre dois graus de crítica científica. Pode ser *positiva*, no sentido de que prescreve os melhores *meios* para atingir determinados *fins* dados pela ontologia dominante, ou pode ser *negativa*, de modo a iluminar os próprios fins colocados pela ontologia dominante e, inclusive, mudá-los. Num caso, é uma crítica que afirma a ontologia dominante pelo fato de não discuti-la; no outro, a ontologia é posta em primeiro plano. O nosso objetivo é investigar como imperativos sociais podem limitar o escopo da atividade científica por meio da desconsideração da ontologia, confinando essa forma de conhecimento no terreno da positividade e, portanto, reduzindo seu potencial emancipatório. Ressaltar a discussão a respeito da prática científica, tão esquecida nas diversas ciências particulares, é fundamental para colocar a ciência a serviço das necessidades humanas.

Summary: As all form of knowledge, science makes ontological affirmations, express a definitive world vision, whether they are taken of the dominant ontology or critical affirmations about it. Thus, it is important to make a differentiation between two degrees of scientific critique. It can be positive, when it prescribes the best means to reach definitive ends given by the dominant ontology, or can be negative, able to illuminate the ends placed by dominant ontology and, also, to change them. In the first case, it is a critique that affirms the dominant ontology by the fact of not discuss it; in the other, the ontology is in the first level. Our objective is to investigate how social imperatives can limit the field of the scientific activity by means of the not consideration of the ontology, confining this form of knowledge in the field of the positivity and, therefore, reducing its emancipatory potential. To emphasize the discussion about scientific practice, so forgotten in many particular sciences, is basic to place the science in service of the human necessities.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na XII Conferência Anual do IACR (International Association for Critical Realism), realizada em Niterói em julho de 2009.

\* Mestrando em economia da Universidade Federal Fluminense e membro do grupo de pesquisa *Teoria Social e Crítica Ontológica* (UFF).

Agradeço os comentários do professor José Rodrigues.

## 1- Introdução

A ciência goza de grande aceitação social<sup>2</sup> e é largamente reconhecida por sua capacidade de ampliar o nosso conhecimento sobre o mundo e possibilitar uma maior intervenção no meio natural. De imediato, uma questão que se coloca é qual o seu fator distintivo em relação a outras formas de conhecimento, como aquelas advindas da experiência cotidiana e da religião. Outra questão é o que torna a ciência capaz de aumentar o conhecimento correto a respeito do mundo e qual a possibilidade de esse conhecimento levar a uma ontologia geral verdadeira, isto é, uma concepção acerca do mundo em geral que consiga dar significação às diversas práticas dos indivíduos, às diversas formas de intervenção sobre o mundo, agregando-as de forma coerente e possibilitando a correção dessas práticas de modo a atingir finalidades postas pelos indivíduos.

O nosso objetivo neste trabalho é ressaltar aquilo que consideramos um dos mais importantes elementos distintivos da ciência em relação às outras formas de conhecimento, que é a sua natureza essencialmente *crítica*, crítica por sua capacidade de corrigir o nosso conhecimento ontológico, colocando em xeque formas de conhecimento socialmente consolidadas. E também mostrar que apesar de trazer a possibilidade de um conhecimento verdadeiro a respeito do ser em geral, possibilidade inexistente em outras formas de ontologia, essa possibilidade pode não se efetivar devido aos imperativos da reprodução social. Pelo contrário, a ciência pode ser até mesmo geradora de idéias falsas, requeridas por imperativos da reprodução social. Assim, apesar de a ciência ser uma atividade

---

<sup>2</sup> Inclusive por importantes setores religiosos, de maneira mais espontânea no que diz respeito à ciência de caráter mais instrumental, como aquela ligada a desenvolvimento tecnológico, ou de modo mais resignado, do que é exemplo o caso da recente aceitação pelo papado da teoria da evolução de Darwin.

essencialmente crítica, ela pode ter uma extensão limitada. Ela pode ser uma crítica que se limite a tornar as práticas mais adequadas a finalidades dadas, ou seja, mais adequadas a finalidades colocadas aos indivíduos pela necessidade de reprodução das estruturas sociais. Desse modo, pode ser uma atividade que assume *acriticamente* uma determinada ontologia, *afirmando* essa forma de sociabilidade. Ou pode ser uma crítica que se dirija às próprias finalidades e ao conjunto de idéias que prescrevem as ações, isto é, uma crítica que se dirija à ontologia e, nesse sentido, assumir um papel *negativo*. Negativo porque a crítica à ontologia que guia os atos dos indivíduos só faz sentido se há a possibilidade de que essa ontologia seja incorreta, e sua incorreção indica que as finalidades atingidas são distintas daqueles que poderiam ser atingidas por uma ontologia verdadeira, que seria capaz de prescrever os melhores meios para atingir finalidades postas conscientemente pelos indivíduos. Em suma, crítica à ontologia pressupõe historicidade, emergência, possibilidade de mudança.

Na próxima seção do trabalho (seção 2) procuraremos traçar esse caráter distintivo da ciência, que é a sua natureza crítica. Nela também procuraremos responder à pergunta sobre a capacidade de a ciência, sendo uma atividade crítica, levar a uma ontologia geral verdadeira. Ali daremos especial atenção aos limitantes sociais ao avanço da ciência: sendo uma forma de conhecimento que emerge de necessidades sociais concretas e que busca atendê-las, ela não necessariamente deve (ou necessariamente não deve) levar a uma ontologia geral verdadeira. Mesmo que o avanço das diversas ciências particulares possibilite ir em direção a uma ontologia geral essencialmente correta, o conhecimento responde a imperativos sociais e pode também sofrer limitações de sua parte; a forma social que necessita desse tipo de conhecimento pode necessitar que o conhecimento rumo a uma ontologia geral verdadeira não se efetive, reproduzindo uma ontologia falsa.

Na seção 3 procuraremos fazer uma brevíssima revisão da inflexão ocorrida nas ciências sociais, naturais e na própria filosofia da ciência no tocante às colocações ontológicas: da

discussão pautada no critério da verdade<sup>3</sup>, até o século XIX, para uma discussão que tem como base a simples manipulação prática da realidade imediatamente dada. Buscaremos mostrar que repensar a ciência nesse momento em que as discussões de filosofia e método estão tão esquecidas é repensar o próprio social, é o próprio exercício da *crítica negativa*, crítica que se coloca a serviço das necessidades humanas, necessidades cujo atendimento deve ser a finalidade dos atos dos indivíduos.

## 2- Ciência como atividade crítica

Os indivíduos agem sobre o mundo. Ações supõem determinado conjunto de idéias que coloquem finalidades e as faculte. E idéias devem ter uma mínima relação com o mundo, devem representá-lo de maneira minimamente objetiva e no mínimo parcialmente correta, já que as práticas são interações entre os indivíduos e o mundo. Em suma, o conhecimento, mesmo que parcial e incompleto, é pressuposto da prática.

O conhecimento, para facultar a prática, não precisa ser total. Pode se limitar àquela prática em específico. Os antigos egípcios, por exemplo, não precisavam saber quais os motivos da cheia do Nilo, mas precisam saber como montar os mecanismos de irrigação para possibilitar o plantio em áreas mais distantes da margem do rio. A postulação de uma divindade transcendente era suficiente para explicar o aumento do volume de água em determinada época do ano.

---

<sup>3</sup> Falaremos sobre esse critério mais adiante.

Desse modo, a prática é um critério que pode garantir a veracidade de determinado conhecimento. O sucesso em se atingir uma finalidade posta, como por exemplo o plantio em terras antes incultas por meio do transporte da água, garante a veracidade dos conhecimentos de física e matemática necessários para a construção de obras de irrigação. E isso ocorre mesmo que esse conhecimento tenha por base uma ontologia (visão de mundo) geral falsa. Como nos diz Lukács:

A história nos mostra uma infinidade de exemplos de como, num contexto restrito, muitos resultados corretos e importantes foram obtidos na prática imediata com falsas teorias. Para citar apenas de passagem o nexo entre o trabalho primitivo e as “teorias” mágicas, cujos efeitos se fizeram sentir profundamente na práxis medieval, recorde-se apenas o sistema ptolomaico que, mesmo após ter se mostrado cientificamente falso, funcionou por longo tempo de maneira quase impecável para finalidades práticas (navegação, calendário etc.). (LUKÁCS, 2009, p. 8)

Como o conjunto das práticas supõe uma visão sobre o mundo em geral, uma ontologia geral, a parcialidade do conhecimento obtido por meio das práticas (parcialidade no sentido de que advém de práticas socialmente restritas) pode levar a uma ontologia geral falsa. São exemplos a ontologia religiosa (como exemplificado acima) e a ontologia cotidiana, que na busca de solução de problemas imediatos e bastante restritos pode projetar uma idéia falsa de totalidade.

O conhecimento no mínimo parcialmente correto a respeito do mundo é necessário para facultar a ação. Afirmações sobre o mundo (ontologia) podem ter origens distintas, como as práticas imediatas (ontologia cotidiana) ou a produção de conhecimento por técnicas mais refinadas (como a ontologia científica).

A ciência, tendo como atividade discutir as práticas dos indivíduos e as concepções que orientam essas práticas, só pode ser essencialmente crítica. Como nos informa Medeiros:

[...] se a ciência é precisamente a atividade que tem como finalidade principal o emprego de métodos particulares, cada vez mais refinados, para descobrir a real constituição do mundo e se essa descoberta sempre se dá em oposição a

concepções previamente estabelecidas, então a atividade científica é, por definição, crítica. Crítica das concepções, das fontes das concepções, das ações fundamentadas sobre as concepções e finalmente, dos valores e outras condições sociais subentendidos em sua reprodução como concepções correntes (2007, p. 34).

A complexificação da sociedade, gerando estruturas sociais cada vez mais autônomas, tornam os agires cada vez mais mediados e incompreensíveis para aqueles que os executam, fazendo com que as finalidades às quais as práticas dos indivíduos se direcionam tornem-se cada vez menos conscientes. Como mostra Bhaskar:

[...] as pessoas, em sua atividade consciente, na maior parte das vezes reproduzem inconscientemente (e ocasionalmente transformam) as estruturas que governam suas atividades substantivas de produção. Dessa forma, as pessoas não casam para reproduzir a família nuclear ou trabalham para manter a economia capitalista. Não obstante, essa é a consequência não-intencional (e o resultado inexorável) de, e também uma condição necessária para, sua atividade. [...] quero distinguir nitidamente, de um lado, a gênese das ações humanas, que repousam nas razões, intenções e planos das pessoas, e, de outro, das estruturas que governam a reprodução e a transformação das atividades sociais [...]. (BHASKAR, 1998, pp. 215-216)

Com o aumento da complexidade do ser social, os resultados dos atos individuais estão cada vez mais distantes daqueles que os praticam e *finalidades* colocadas como imperativos da reprodução social são cada vez mais dissimuladas, o que faz com que seja tarefa da ciência não só investigar *meios* para se atingir determinados fins, mas também os próprios *fins* atingidos inconscientemente pelas práticas. Por isso, na sua atividade crítica, a ciência pode exercer uma crítica em dois graus: é necessário diferenciar a crítica “das concepções, das fontes das concepções”, que diz respeito às *finalidades* às quais as práticas buscam atender, e a crítica “das ações fundamentadas sobre as concepções” (MEDEIROS, 2007, p. 34), que é a crítica dos *meios* para se atingir uma determinada finalidade. Lukács mostra essa diferenciação entre meios e fins, feita por Nicolai Hartmann:

Aristóteles distingue, no trabalho, dois componentes: o pensar (*nóesis*) e o produzir (*poiésis*). Através da primeira é posto o fim e se buscam os meios para realizá-lo; através da segunda o fim posto se torna real. N. Hartmann, por seu turno, divide analiticamente o primeiro componente em dois atos, posição do fim

# trabalho necessário

issn: 1808-799X

ano 7 - número 9 - 2009

e busca dos meios e assim torna mais concreta, de modo correto e instrutivo a reflexão pioneira de Aristóteles, sem alterar-lhe imediatamente a essência ontológica quanto aos aspectos decisivos. (LUKÁCS, 2008, p. 8)

Valendo-se dessa diferenciação, Lukács mostra como a ciência se insere dentro do componente do pensar: “a partir da tendência intrínseca de autonomização da busca dos meios, durante a preparação e execução do processo de trabalho, que se desenvolve o pensamento orientado para a ciência e que mais tarde se originam as ciências naturais (LUKÁCS, 2008, p. 12).” Aqui Lukács deixa claro que a ciência se restringe aos meios, meios para se atingir finalidades que são exteriores a ela. Nesse trecho o autor está falando a respeito da gênese da ciência (primeiramente ciências naturais) a partir da necessidade de um refinamento no desenvolvimento dos meios para se atingir determinado fim, fim consciente no caso do estágio de desenvolvimento social do qual está tratando. É somente depois, com a complexificação do ser social, que surge uma forma autonomizada de produção de conhecimento que tem como objeto a própria sociedade e os próprios fins que são atingidos pelas ações dos indivíduos, fins em grande parte atingidos de forma inconsciente. Medeiros mostra como se processa esse duplo movimento, advindo da complexificação do ser social, de perda da consciência das conseqüências dos atos individuais sobre as estruturas sociais e aumento da possibilidade de apreender a totalidade social de modo cada vez mais correto:

O desenvolvimento das relações sociais produz dois efeitos antagônicos na ontologia cotidiana. Por um lado, o desenvolvimento da sociedade aprofunda a lacuna existente entre a prática humana e as estruturas sociais, o que intensifica o caráter parcial das categorias que conformam a ontologia cotidiana. [...] Por outro lado, o desenvolvimento da sociedade alarga os limites da prática humana, requerendo dos indivíduos concepções mais refinadas para lidar com as questões concernentes a uma vivência social estruturalmente mais complexa. (2007, p. 27)

Para Lukács a complexificação da sociedade que faz emergir as ontologias científica e filosófica também faz com que os indivíduos realizem ações necessárias à reprodução social motivados por um conjunto de idéias que não necessariamente trazem explicitamente

# trabalhonecessário

issn: 1808-799X

ano 7 - número 9 - 2009

as finalidades às quais atendem. Afirmando ser a ciência uma atividade crítica, Bhaskar afirma que a ciência social é emancipadora. Numa crítica a Giddens, Bhaskar afirma:

O conhecimento é benéfico de maneira assimétrica para as partes envolvidas em relações de dominação. Além do mais, em geral, o conhecimento explanatório aumenta a gama de possibilidades conhecidas e, desse modo, *ceteris paribus* faz pender “a balança de forças ideológica” contra o conservadorismo e o *status quo* (completamente à parte de seus outros efeitos). Em conseqüência, é totalmente errado considerar que a ciência social é *igualmente* “um potencial instrumento de dominação” e “da expansão da autonomia racional de ação”. (BHASKAR, 1998, p. 254)

Para Bhaskar, uma atividade com *status* de ciência mas que não seja explanatória, isto é, que não esclareça o funcionamento das estruturas sociais, se limitando a prescrever determinados tipos de práticas para se atingir alguns fins, é na verdade uma “praxiologia” (ibid, p. 210).

A ciência surge de imperativos sociais e tem como finalidade atendê-los. É a partir da necessidade colocada de se entender essa realidade a partir de uma perspectiva mais global, e a partir de determinado desenvolvimento das ciências em geral, que se abre a possibilidade de se avançar rumo a uma ontologia geral verdadeira<sup>4</sup>. Mas apenas a possibilidade. Esses imperativos sociais podem gerar uma ciência que se desenvolva dentro de uma idéia de produção de conhecimento que seja mais restrita. Como afirma Lukács:

É certamente verdade que, durante muito tempo, a precariedade do conhecimento da natureza e a limitação do domínio da natureza, muito contribuíram para que a práxis se apresentasse como critério sob formas limitadas ou distorcidas de falsa consciência. [...] Hoje, no momento em que o grande desenvolvimento das ciências tornaria objetivamente possível uma ontologia correta, é ainda mais evidente que a falsa consciência ontológica no campo científico e a sua influência espiritual têm suas raízes nas necessidades sociais dominantes. Só para exemplificar [...] a manipulação tornou-se, de modo especial na economia, um fator decisivo para a reprodução do capitalismo atual e, a partir deste ponto, irradiou-se para todos os campos da práxis social. (LUKÁCS, 2008, pp. 33-34)

---

<sup>4</sup> O surgimento da Economia Política no século XVIII é um exemplo dessa necessidade.

Na próxima seção trataremos esses dois limitantes ao avanço rumo a uma ontologia geral verdadeira, um advindo do grau de desenvolvimento das ciências, o outro de ordem social, e faremos uma breve revisão da inflexão no tratamento das questões ontológicas na virada do século XIX para o século XX.

### 3- O neopositivismo e a inflexão nas colocações ontológicas

O avanço das ciências naturais ao longo da Era Moderna não foi desprovido de pressuposições e colocações ontológicas. Não é trivial o fato de que o avanço da ciência criava uma contínua tensão com a ontologia religiosa, ontologia que por excelência buscava dar uma significação geral ao mundo. São amplamente conhecidos diversos casos de perseguição religiosa a cientistas, e não é necessário aqui recordar muitos casos<sup>5</sup>.

O avanço contínuo das ciências positivas nesse período vinha colocando problemas à ontologia dominante, religiosa, criando uma permanente tensão ontológica. A ciência, que por essência busca conhecer o mundo a partir de suas bases materiais, conseguia dar uma explicação cada vez mais consistente da constituição do mundo em bases materialistas, prescindindo da religião e tornando-a cada vez mais algo eletivo como elemento do conhecimento.

John Bellamy Foster (2005), em excelente estudo a respeito das bases materialistas do conhecimento científico, mostra-nos o desenvolvimento das ciências e suas repercussões

---

<sup>5</sup> Talvez os casos mais notáveis sejam o de Giordano Bruno e Galileu Galilei.

ontológicas, que no século XIX já apontavam para a possibilidade de se alcançar uma ontologia geral verdadeira, em bases materialistas. O desenvolvimento da geologia, da biologia e da etnologia, em especial, demonstraram a possibilidade de se atingir uma ontologia geral verdadeira. O desenvolvimento da geologia, mostrando as sucessões de eras geológicas que modificavam o ambiente terrestre e demonstrando que a idade da Terra é muito maior do que alguns poucos milhares de anos (pp. 168-175); a biologia, que se aproveitou do avanço da geologia para formular a tese de que a vida surgiu a partir da matéria inorgânica, mais simples, numa era em que a atmosfera da Terra possuía uma composição diferente da atual (tese que ganhou força com o avanço da bioquímica na primeira metade do século XX) (p. 173); também a biologia, com Darwin, que mostrou que as espécies estão numa constante transformação que não é guiada num processo teleológico (pp. 263-268); a etnologia, que estuda o surgimento do ser humano a partir do que modernamente se chamaria co-evolução gene cultura, que dá uma base materialista para a explicação do próprio surgimento do ser humano (pp. 293-305). Todo esse desenvolvimento conseguiu dar respostas, em bases materialistas, a questões fundamentais, como o surgimento da vida e do ser humano.

O desenvolvimento científico acabou levando a colocações ontológicas, que colocaram limites cada vez mais estreitos para uma conciliação com as ontologias anteriores, notadamente a religiosa. Ao longo da Era Moderna, o grau insuficiente de avanço da ciência fez com que surgissem várias formas de conciliação da ciência com a religião<sup>6</sup>. No entanto, o caráter necessariamente crítico da atividade científica, crítica que colocava em xeque as ontologias que guiavam os agires dos indivíduos, fez com que essa conciliação se tornasse cada vez mais limitada à medida que a ciência avançava e foi empurrando a

---

<sup>6</sup> Há várias tentativas de conciliação entre ciência e religião. Um bom exemplo são os chamados párocos naturalistas, que conciliavam o estudo da natureza com uma perspectiva teológica e tiveram predomínio sobre um grande campo da atividade científica até o século XIX. Uma boa discussão a respeito desse grupo e sua influência encontra-se em Foster (2005, pp. 119-150). Em outras partes da obra, e ao longo de toda ela, são dados vários exemplos de conciliação entre ciência e religião.

# trabalho necessário

issn: 1808-799X

ano 7 - número 9 - 2009

religião para um plano cada vez mais restrito às necessidades subjetivas<sup>7</sup>. No entanto, já na segunda metade do século XIX, as ciências foram se distanciando da discussão ontológica, negando a ontologia por meio da restrição de seu escopo de investigação: as afirmações sobre o ser tornaram-se cada vez mais sem importância, sendo importante a resolução de problemas práticos, imediatos. A partir daí, sobe a primeiro plano o que chamamos de *crítica positiva*. Retomando Lukács: “a manipulação tornou-se, de modo especial na economia, um fator decisivo para a reprodução do capitalismo atual e, a partir deste ponto, irradiou-se para todos os campos da práxis social” (LUKÁCS, 2008, pp. 33-34).

A necessidade crescente da simples manipulação do real, no seu sentido imediato, demandou da ciência uma atividade que satisfizesse esse imperativo social. Uma estrutura social que exigia cada vez mais estabilidade e gerenciamento fez com que essa forma de ciência se tornasse dominante. Como já mostrava Marx num dos prefácios de O Capital, imperativos de manutenção da sociedade podem levar a uma ciência limitada, e até mesmo falsa no sentido de uma ontologia geral. No trecho que segue, Marx fala a respeito dos motivos de ordem social para o retrocesso científico da Economia Política:

A burguesia conquistara poder político, na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquiriu, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Na interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica parcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética. (2003, p. 23-24)

---

<sup>7</sup> Uma discussão a respeito da religião como necessidade subjetiva encontra-se em Lukács (1984), no capítulo 1, seção 4.

As críticas de Marx ao que ele chamava de economia vulgar, que tornou-se dominante e sobrepujou autores comprometidos com o critério da verdade em ciência<sup>8</sup>, como Adam Smith e David Ricardo, era ao fato de que eles se prendiam às categorias imediatamente dadas, buscando apenas sistematizá-las e apresentá-las de modo mais refinado. Como muitas vezes os fenômenos, na sua forma imediata, obscurecem seus mecanismos causais, a ciência tem o papel de buscar essas causas para além do momento positivo, para além das categorias imediatamente dadas que eram tomadas como critério absoluto pela economia vulgar. É justamente pelas dificuldades colocadas pelos objetos do conhecimento que emergiu a atividade científica e é nesse sentido que Marx afirma que “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (1974, p. 939).

Essa forma de fazer ciência que se prende aos fenômenos imediatamente dados sem investigar seus mecanismos causais, isto é, a essência daquela forma de sociabilidade, acaba por naturalizar o mundo tal como existe. É imperativo da reprodução dessa forma de sociabilidade que os indivíduos conheçam seus fenômenos básicos de modo a possibilitar as práticas que levam à própria reprodução social. Um conhecimento para além disso é desnecessário e, a partir daquele momento, sua falta torna-se necessária à reprodução. É seu imperativo que a ciência seja no máximo um refinamento da ontologia cotidiana, uma *crítica positiva*, capaz de prescrever melhores meios para atingir fins dados; uma praxilogia nos dizeres de Bhaskar.

A partir do século XX, como mostra Lukács, essa noção de ciência se expande para as ciências naturais. A partir do neopositivismo, de forma explícita, as colocações sobre o ser em geral foram deixadas de lado, buscando a ciência atender basicamente a imperativos

---

<sup>8</sup> Sobre o critério da verdade, ver Fontes (2001) e Schaff (1987). Quando nos referimos ao critério da verdade o fazemos em contraposição ao critério manipulatório na ciência, de atendimento aos imperativos práticos em sentido imediato.

práticos, no seu sentido imediato. O critério, a partir daí, foi o de adequação empírica: se determinada teoria mostra correlação entre os dados, será verdadeira. Esse critério tem como modelo a prática em sentido imediato: exercida determinada ação, determinada finalidade é atingida. Com esse achatamento do real no domínio do puramente empírico, afirmações a respeito das entidades causadoras de eventos tornaram-se sem sentido, que estão para além do momento positivo, tornaram-se sem sentido<sup>9</sup>.

Esse critério não se limita só ao neopositivismo. Permaneceu, com variações, nas filosofias da ciência relativistas, predominantes pós-neopositivismo. No neopositivismo ainda havia a busca de um conhecimento objetivo, verdadeiro, que seria obtido por meio dos fatos empiricamente dados. O conhecimento objetivo seria aquele que pudesse dar inteligibilidade a esses dados, mostrando suas conjunções<sup>10</sup>.

No entanto, com a tese Duhem-Quine, que afirma que sobre um determinado conjunto de dados é possível a formulação de  $n$  teorias empiricamente plausíveis, revelou-se impossível construir uma teoria verdadeira tendo como base somente o empiricamente dado. Diante disso, a adoção do relativismo foi a maneira encontrada para salvar o momento positivo como critério absoluto da teoria. Kuhn e Lakatos resolvem os problemas da impossibilidade em verificar uma proposição e em separar as proposições científicas do conjunto de

---

<sup>9</sup> Como afirma Moritz Schlick, um dos fundadores do Círculo de Viena (também conhecido como positivismo lógico): “A negação da existência de um mundo externo transcendental seria uma proposição tão metafísica quanto sua afirmação. Portanto, o empirismo consistente não nega o mundo transcendental, mas mostra que a negação e a afirmação são sem sentido. (apud CALDWELL, 1982, p. 14)” Essa apreensão do puramente empírico chega ao absurdo de comparar o átomo, que é uma entidade não apreendida pelos sentidos, com imagens religiosas. Nas palavras de Ernest Mach, outro representante do Círculo de Viena: “Não se tornaria ciência física para ver em suas ferramentas auto-criadas, mutáveis e econômicas, moléculas e átomos, realidades por de trás dos fenômenos, sem recordar a recente sapiência adquirida por sua irmã mais velha, a filosofia, em substituir o antigo esquema animista ou metafísico por uma mitologia mecânica e, desse modo, criando intermináveis problemas de suposições. (apud CALDWELL, 1982, p. 15)”

<sup>10</sup> Por exemplo, que um evento  $y$  resultaria da ocorrência de um evento  $x$ . No positivismo lógico, uma proposição que informasse que quando evento  $x$  ocorrer o evento  $y$  também ocorreria, e se isso efetivamente ocorresse para todos os casos, a proposição seria verificada como verdadeira.

elementos extra-científicos (como a linguagem) não por meio da substituição do critério de adequação empírica, mas afirmando que um conhecimento objetivo a respeito do ser é impossível. O máximo que se pode dizer é se aquela afirmação é ou não empiricamente plausível. As posições relativistas extremadas são o instrumentalismo (notadamente o de Milton Friedman) e o neopragmatismo (notadamente o de Richard Rorty), que têm em comum a idéia de que é verdadeiro aquilo que é útil, aquilo que possibilita determinado tipo de prática<sup>11</sup>. Mas, em suma, o que as concepções relativistas têm em comum é o abandono da objetividade do conhecimento científico. Abandona-se o critério da objetividade do conhecimento, mas não a noção de que à ciência cabe o papel de identificar a correlação de fatos singulares<sup>12</sup>.

Nesse sentido, compartilhamos a idéia de Bhaskar (1989) de que o positivismo “ainda é, apesar de Popper (e Kuhn), a filosofia da ciência mais influente (p. 65).” E, desse modo, a crítica de Lukács ao neopositivismo permanece válida para a filosofia da ciência dominante contemporaneamente. A filosofia da ciência continua naturalizando o existente, prescrevendo uma atividade científica que busque apenas possibilitar as práticas dos indivíduos dentro dessa forma de sociabilidade. A naturalização do existente faz com que a ciência busque os melhores *meios* para atingir as *finalidades* dadas pelo capital. Finalidades muitas vezes novas, mas finalidades mediadoras da finalidade maior, a de sua valorização; e finalidades que muitas vezes atendem a necessidades humanas (como o desenvolvimento da medicina), mas sempre subordinadas àquela finalidade maior. Entre essas finalidades está o desenvolvimento da ciência, que dada a dinâmica do capital deve sempre buscar novos meios para a acumulação; mas ao mesmo tempo seu escopo é restringido, limitando

---

<sup>11</sup> Sobre o instrumentalismo em economia, ver Friedman (1981); para uma crítica do instrumentalismo em economia, ver Duayer, Medeiros e Paineira (2001). Ali também há alguns paralelos entre o instrumentalismo e o neopragmatismo Rorthy.

<sup>12</sup> Para uma discussão a respeito das posições positivista e relativista e suas implicações ontológicas, em especial na ciência econômica, ver Duayer, Medeiros e Paineira (2000).

a sua atividade crítica à crítica positiva. A naturalização do existente é o fundamento da ontologia assumida pela filosofia da ciência dominante.

A filosofia da ciência dominante ainda prescreve uma atividade que busque correlações de fenômenos imediatamente dados, conferindo aos eventos empiricamente apreendidos o caráter de formadores últimos (e únicos) da realidade. Essa atitude tem como pressuposição a naturalização do existente, dos mecanismos geradores que, tais como os átomos para Mach, não faz sentido discutir: são pura metafísica, dado que não são palpáveis, visíveis, não têm odor nem sabor. É uma filosofia da ciência incoerente com a própria atividade científica, que pressupõe sempre uma ontologia, dado que faz colocações que vão para além do empiricamente dado. Mas são colocações que, pautadas nessa incoerência, afirmam pela ausência de afirmação a crença da perenidade do capital, crença essa que por meio do relativismo se afirma como crença absoluta. Somente com a substituição do critério da manipulação em sentido imediato pelo critério da verdade, possibilitando o exercício de uma crítica negativa, é que a ciência será capaz de demonstrar a historicidade do ser social e, portanto, a falsidade da crença de naturalização do capital. Assim tornar-se-ia possível o atendimento das necessidades humanas, necessidades que hoje estão em segundo plano pois são atendidas de modo subordinado aos imperativos do capital.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BHASKAR, R. 1998. Societies. Archer et al. *Critical realism: essential readings*. London: Routledge, pp. 206-257.

# trabalho necessário

issn: 1808-799X

ano 7 - número 9 - 2009

BHASKAR, R. 1989. *Reclaiming Reality*. London: Verso, pp. 49-65.

CALDWELL, Bruce. 1982. *Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century*. Londres: Gerge Allen & Unwin.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo; PAINCEIRA, Juan Pablo. 2001. A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 723-783, out.-dez.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo; PAINCEIRA, Juan Pablo. 2000. Desventuras Filosóficas na Ciência Econômica (Naturalização da Sociedade do Capital e Relativismo Ontológico). In: *Encontro Nacional de Economia Política*, 5, 2000, Fortaleza. Disponível em: <[www.sep.org.br](http://www.sep.org.br)>. Acesso em: 10 fev. 2008.

FONTES, V. 2001. História e Verdade. Em: Frigotto, G. e Ciavatta, M. (Orgs.) *Teoria e Educação no Labirinto do Capital*. 2ª. edição, Petrópolis: Vozes.

FOSTER, J. B. 2005. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FRIEDMAN, Milton. 1981. *A Metodologia da Economia Positiva*. Edições Multiplic, v. q, n. 3, p. 163-200, fev.

LUKÁCS, G. 2008. Para ontologia do ser social – *O trabalho*. Tradução: Ivo Tonet. Mimeo.

LUKÁCS, G. 2009. Para ontologia do ser social – *Neopositivismo*. Tradução: Mário Duayer. Mimeo.

LUKÁCS, G. 1984. *Zur ontologie des gesellschaftlichen seins*. Darmstadt: Luchterhand.

# trabalho necessário

issn: 1808-799X

ano 7 - número 9 - 2009

MARX, Karl. 2003. *O Capital*. Livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. 1974. *O Capital*. Livro 3, vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MEDEIROS, João Leonardo. 2007. *A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Mimeo.

SCHAFF, A. 1987. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes.